



A ESSÊNCIA DOS PRINCIPADOS MAQUIAVEL E A SÁTIRA CONTRA A TIRANIA

Mateus Salvadori*

Resumo

Maquiavel é o primeiro pensador a relatar amplamente o que é a atividade política, afastando-se de antigas tradições que debatiam o que a política deveria ser. Em suas reflexões, o filósofo florentino utiliza um exame essencialmente empírico. O fato é que o autor de *O Príncipe* tornou-se, através dos tempos, uma figura legendária, porém, acusado de demoníaco, inescrupuloso, astuto e dissimulador. É o que Spinoza e Rousseau tratam de negar. Para ambos, Maquiavel, na verdade, procurou alertar o povo sobre as crueldades dos tiranos de seu tempo. Os seus escritos políticos constituem uma espécie de advertência para aqueles que acreditavam no direito da força sobre a força do direito. Assim como se diverte por meio de suas sátiras na peça teatral *A mandrágora*, Maquiavel utiliza toda a sua criatividade para pôr em xeque a pretensa legitimidade dos principados leigos e eclesiásticos. E essa é a tese que o presente artigo busca defender, a saber, que Maquiavel, com a obra *O Príncipe*, não foi um defensor do absolutismo monárquico, mas sim um sátiro contra a tirania.

Palavras-chave: Maquiavel; Realismo político; sátira; Tirania; Moral.

*Professor de Filosofia na
Universidade de Caxias do Sul (UCS)
Bacharel em Filosofia pela UCS, Mestre em Filosofia pela
PUCRS, Doutor em Filosofia pela PUCRS
mateusche@yahoo.com.br

Introdução

A natureza humana é perversa. Os homens agem da mesma maneira como sempre agiram os seus antepassados. Essa é a visão que predomina nos pensamentos de Maquiavel e de Hobbes. Maquiavel destaca as excelências de Cesare Borgia como o modelo do verdadeiro príncipe, aquele que teria todas as condições para unificar o território italiano, tornando-o um Estado forte e respeitado. Em tais circunstâncias, que características deveriam dotar o libertador da Itália? Maquiavel responde prontamente: *virtù* e *fortuna*. No primeiro caso, a astúcia, a coragem, a bravura; no segundo, ter a capacidade de enfrentar e resistir ao destino. Mas, o que pode um homem em face da sorte? Será útil ter coragem, ardor, habilidade se o curso de todas as coisas estiver regulado fora de nós? Maquiavel acredita que o homem pode e deve resistir à *fortuna*, preparando-lhe, com a sua *virtù*, rudes obstáculos; até é conveniente, em sua presença, que se mostre impetuoso.

1. A essência dos principados

Como segundo Chanceler de Florença, Maquiavel tinha uma vida política muito ativa. Era uma época de mudanças, o sistema feudal era substituído pela produção capitalista e as soberanias eram absorvidas pelas monarquias. Existia uma centralização de poder na Europa, exceto na Itália. Maquiavel, então, participava de encontros com as cortes estrangeiras para fazer acordos políticos. A experiência de sua vida é relatada em *O Príncipe*, mostrada para o homem comum as verdadeiras intenções de um governante ambicioso. Maquiavel, como ele próprio nos diz na carta a Vettori, propôs investigar qual a essência dos principados, de quantas espécies podem ser, como adquiri-los, como conservá-los e qual a razão de sua perda.

Vale ressaltar a definição de Estado: “Todos os Estados, todos os domínios que tiverem e têm império sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”. (S/d, p. 37). Maquiavel propõe-se a examiná-los com profundidade, de acordo com suas características. Ele inicia investigando os principados hereditários e mistos. No caso dos principados hereditários, sua conquista é tarefa difícil para o príncipe, uma vez que para a conservação de tal conquista será preciso eliminar a família reinante.

Relativamente, aos principados novos, sua tomada pela força não exige maiores esforços, o mesmo não ocorrendo com a sua conservação. Geralmente, a população revolta-se contra o príncipe quando esse a ofende ou a prejudica. Então, serão seus inimigos todos aqueles que foram prejudicados com a ocupação do principado e seus amigos serão aqueles que colocaram o príncipe lá, pois estavam insatisfeitos; e mesmo que ele esteja fortalecido, não poderá ser violento contra eles porque precisa das boas graças dos habitantes.

Por tais motivos, Luís XII, rei da França, ocupou Milão com rapidez, mas com rapidez a perdeu; e bastaram para retomá-la, na primeira vez, as próprias forças de Ludovico, dado que aquela gente que lhe havia aberto as portas, vendo-se lograda na sua esperança e nos futuros benefícios que haviam suposto, não pôde suportar os inconvenientes do novo domínio. (S/d, p. 41).

Destarte, estados conquistados e acrescentados a um Estado antigo, sendo na mesma província e de idêntica língua, “facilmente são sujeitados, sobretudo se não têm o costume de viver livres”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 43). Para Estados com língua diferente, mas com os mesmos costumes, o conquistador, para conservá-los, deve respeitar duas regras: “primeira, extinguir a linguagem do antigo príncipe; segunda, não modificar leis e impostos”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 43). Por conseguinte, “o desejo de conquista é coisa realmente natural e comum e os homens que podem satisfazê-lo serão louvados sempre e nunca recriminados”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 45). Mas, não o podendo e querendo fazê-lo de qualquer modo, então estão em erro e merecem censura.

Maquiavel questiona-se sobre o porquê do Reino de Dario, ocupado por Alexandre, não se rebelou, depois da morte deste, contra os seus sucessores. A grande explicação reside na forma de organização da monarquia: no reino de Dario existe apenas uma figura central e de maior importância no poder, o príncipe, e todos os outros são servos; já nos reinos governados pela França, “[...] o rei cerca-se no seu governo de uma multidão de senhores de antiga estirpe, todos reconhecidos e amados por seus súditos” (MAQUIAVEL, s/d, p. 52), o que não cria uma figura central forte e cujo poder não pode ser contestado. E como governar cidades ou principados que, anteriormente à ocupação, se regiam por leis próprias? Maquiavel diz que por mais que novas ideologias sejam infiltradas, as antigas leis do principado perdurarão até que o novo principado transgrida as regras antigas e declare novas regras, contanto que se permita que “[...] repouse a lembrança da perdida liberdade”. (S/d, p. 56).

Retomando o assunto dos principados, esses são diferenciados pela forma com que foram conquistados, contrastando os principados novos que são conquistados mercê de armas próprias e valor dos principados novos que se conquistam mercê das armas e boa sorte alheia. No primeiro caso, os príncipes “conhecem muita dificuldade para se instalarem no principado, para nele se radicarem; mas, depois, têm muita facilidade para conservá-lo”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 57). A maior dessas dificuldades iniciais consiste no estabelecimento de novas instituições. Eis um empreendimento obrigatório para fundar o novo governo e alicerçar a segurança do novo príncipe, mas tarefa cheia de perigos e de incertezas.

Deve-se considerar que não há coisa mais difícil de fazer, de êxito mais duvidoso e mais perigoso de conduzir, do que levar a cabo a introdução de novas instituições legais, pois o reformador encontra inimigos em todos aqueles que, das instituições antigas, se beneficiavam e tíbios defensores em todos os que das novas se beneficiaram. (MAQUIAVEL, s/d, p. 59).

Maquiavel cita os exemplos de Moisés, Teseu, Ciro e Rômulo, que por virtude própria tornaram-se príncipes. Estes profetas, que conseguiram fundar instituições, só as puderam conservar porque estavam armados. Desarmados, teriam a sorte que coube ao frei Jerônimo Savonarola³³, que viu perder-se o seu trabalho reformador quando o povo não mais acreditou nele, não tendo ele meios de mantê-los confiantes nem de fazer com que nele acreditassem os incrédulos. Mas quando os fundadores, sabendo apoiar-se na força conservadora das crenças, conseguiram atravessar esses obstáculos e superar essas dificuldades extremas, “quando começaram a ser venerados e se libertaram dos invejosos de sua classe, permaneceram poderosos, tranquilos, honrados e felizes”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 50).

Já no segundo caso, a regra é a seguinte: “facilidade para conquistar, dificuldade para conservar”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 61). Nenhuma dificuldade detém no caminho os novos príncipes; eles voam. As dificuldades mostram-se após a conquista; dificuldades tais que é quase fatal acabarem por perder o Estado. Efetivamente, eles dependem, por demais, da vontade e da *fortuna* que são variáveis; não possuem forças próprias que lhes sejam devotadas e fiéis; aliás, saberiam comandá-las? “A menos que

³³ Frei Jerônimo Savonarola (1452–1498), profeta desarmado, nascido em Ferrara, foi chamado em 1480 por Lorenzo de Medici. Ao tempo da expulsão desse, organizou a nova república florentina sobre bases democráticas. Em 1498, o partido dos Medici (os “Palleschi”) dirigiu o ataque contra o palácio do “Capitano del Popolo”. Abandonado pelo povo, Savonarola foi preso, enforcado e teve seu corpo queimado.

um homem seja dotado de um grande espírito e de grande valor, é pouco provável que, tendo vivido sempre como simples particular, saiba comandar”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 62). Além disso, Estados subitamente formados carecem de raízes profundas e correm o risco de desmoronamento à primeira tempestade. A menos que o príncipe, favorecido pela *fortuna*, se ache dotado de um grande espírito e de um grande valor e que saiba preparar-se imediatamente para conservar o que a fortuna lhe colocou nas mãos.

Tudo quanto um grande príncipe tendo alcançado o poder soberano pelo favor da *fortuna* e pelas armas alheias pode e deve fazer para manter-se entre as dificuldades inerentes a esta origem, Cesare Borgia³⁴ o fez. Porém, Borgia, vencido por extraordinária e ilimitada contrariedade da *fortuna*, sai, pois, vencedor do rigoroso exame da técnica política. Não cometeu falta nenhuma; nada desprezou de quanto um homem prudente e hábil, de grande coragem e de grande ambição, supremamente dotado de *virtù* devia fazer para radicar-se profundamente nos Estados que lhe haviam alcançado as armas alheias e a *fortuna*. Seu proceder, no qual Maquiavel nada acha a criticar, pode ser apresentado como modelo. Não obstante, o desastroso resultado final a todos os príncipes novos que se acham no mesmo caso e até, segundo parece, aos outros.

Mas também existem os principados que se ascendem pelo crime, ou seja,

³⁴ Cesare se tornou príncipe favorecido pelo pai, o Papa Alexandre VI, que consegue, apelando a Luís XII contra o Duque de Milão, instalar seu filho na Romagna. Cesare logo compreendeu que só poderia firmar-se tornando-se independente dos mercenários do seu próprio exército e, depois, do rei da França. Começa por massacrar os *condottieri*, seus antigos cúmplices, que sabia acharem-se em via de traição, atirando-os todos juntos à emboscada de Sinigaglia. Uma vez destruído esses chefes e conquistados os seus partidários, procura atrair seus súditos de Romagna, até então entregues aos roubos, pilhagens e violências de todas as espécies. Ele efetua essa operação em dois tempos. Primeiro tempo: restabelece a ordem, por meio de um homem cruel e expedito, Ramiro d’Orco, a quem deu os mais amplos poderes. Segundo tempo: restabelecida a ordem, sendo já desnecessária uma autoridade tão severa, que poderia mesmo tornar odioso o nome de Cesare, esse procede de modo que, numa bela manhã, seja visto numa praça pública Ramiro d’Orco cortado em dois, ao lado de um cepo e de um facão ensanguentado. Agora, só lhe resta sacudir a dependência para com o rei da França. Por conseguinte, começa a procurar amizades novas, a tergiversar com os franceses, aproximando-se dos espanhóis; projetava mesmo deixar os franceses sem possibilidade de contrariá-lo. É então que tudo se arruína. O Papa Alexandre VI morre demasiado cedo, antes que o filho tenha tempo de assenhorear-se da Toscana, o que o tornaria bastante poderoso para achar-se em condições de resistir, por si mesmo, a um primeiro embate. Estava pronto o plano de campanha de Cesare. Executá-lo era questão de alguns meses apenas. Quanto ao mais, Cesare tudo previra, no caso de uma mudança de Papa. Alexandre VI morre em agosto de 1503, subitamente. Cesare só está firme na Romagna. Acha-se entre o exército espanhol e o francês, ambos virtualmente inimigos. Não está em condições de resistir, por si mesmo, a um primeiro embate. E, para cúmulo da infelicidade, cai doente. Julga morrer das febres romanas. (cf. CHEVALLIER, 1986, p. 64-5-6).

aqueles principados conquistados por meio da perversidade³⁵. Maquiavel trata o fato de se atingir principados através de “[...] atos maus ou nefandos [...]”. (S/d, p. 73). Vale destacar, de outro modo, a forma com que o autor propõe a maneira como devem ser infringidas as injúrias ao povo, isto é, “todas de uma só vez, para que, durando pouco tempo marquem menos”. (S/d, p. 73). Também é interessante a maneira com que os benefícios ao povo devem ser proporcionados: “[...] pouco a pouco, para serem melhor saboreados [...]”. (S/d, p. 73).

Não obstante, para se alcançar o principado civil não é necessário grande valor ou *fortuna*, mas astúcia. Esse é alcançado pelo favorecimento dos grandes ou do povo. Aliás, ora é o povo, ora são os grandes que assim constituem um príncipe. Em toda cidade, o povo deseja não ser dirigido nem oprimido pelos grandes, e os grandes querem dirigir e oprimir o povo. O príncipe é obra do povo ou dos grandes, segundo a oportunidade acolhida por um ou por outro. Os grandes percebem que não podem se opor ao povo. Então, começam a promover a reputação de um membro do povo e o fazem príncipe. Esse, para se conservar no poder, tem dificuldade. Já o povo, percebendo sua incapacidade de se opor aos grandes, concede prestígio a alguém e o torna príncipe, mediante sua autoridade. “Este ajuda o povo a não ter dificuldade, pois está cercado de outros que lhe parecem iguais”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 76).

Por outro lado, aquele que atinge a condição de príncipe graças ao povo, encontra-se só. O pior que o príncipe pode esperar de um povo hostil é ser abandonado por ele; porém, dos grandes não devem apenas temer que o abandonem, mas também que o ataquem. “Este príncipe deve viver sempre com o mesmo povo, mas nem sempre com os mesmos grandes”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 77). Para um príncipe, é necessário contar com a amizade do povo, caso contrário não haverá solução nas adversidades. “Um príncipe sábio deve pensar em um modo pelo qual seus cidadãos, sempre e em qualquer circunstâncias, careçam do Estado e dele, com o que lhe serão, depois, sempre fiéis”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 78). Observa-se, na aquisição do principado civil, a preferência que Maquiavel, burguês de Florença, tem pelo povo, e a sua evidente hostilidade para com os grandes.

Já os principados eclesiásticos podem ser adquiridos pela *fortuna*³⁶ ou por

³⁵ Maquiavel dá dois exemplos: “o de siciliano Agátocles, na Antiguidade, que, simples filho de um oleiro, consegue elevar-se à dignidade de rei de Siracusa; o de Oliverotto, na época do Papa Alexandre VI, que se torna senhor de Fermo, massacrando o seu tio materno e os mais distintos cidadãos da cidade, por ele convidados a um banquete”. (S/d, p. 69).

³⁶ *Fortuna* é a sorte - boa ou má -, o acaso, as circunstâncias, a oportunidade.

*virtù*³⁷, mas o admirável é que, para conservá-los, não se precisa nem de *fortuna* nem de *virtù*, bastando o poder das antigas instituições religiosas, que substituem tudo o mais, o bom governo, a dedicação dos súditos, a habilidade, o valor guerreiro. Destarte, “[...] é Deus que os eleva e os conserva”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 83). O autor afirma que “[...] somente estes principados são seguros e felizes” (S/d, p. 83). No tom de Maquiavel, mistura-se aqui o respeito fingido e o surdo sarcasmo: é o tom de um homem da Renascença, que não tem simpatia pelos sacerdotes, que não ama o catolicismo romano, que não ama tampouco o espírito do cristianismo. Entretanto, ao refletir acerca dos principados eclesiásticos, Maquiavel homenageia o Papa Leão X³⁸.

Maquiavel afirma: “Assim, Sua Santidade encontrou poderosíssimo o pontificado; e espera-se que, como os seus antecessores o fizeram poderoso pelas armas, este, com a sua bondade e as suas infinitas outras virtudes o faça ainda maior e venerado”. (S/d, p. 85). Essa homenagem explica-se aparentemente porque Leão X é um Medici e porque o autor só pode contar com o favor dessa família para recuperar um emprego digno de seus méritos. Entre as explicações desses principados, Maquiavel discorre a respeito da forma como se devem medir as forças de todos os principados e diz que “[...] os príncipes capazes de se conservarem por si só, que podem, por abundância de homens e de dinheiro, devem constituir um exército forte e enfrentar qualquer assaltante”. (S/d, p. 79).

Estes exércitos devem ser regidos por leis. Deste modo, este principado terá uma cidade fortificada, mas que não se faça odiada. É da natureza dos homens o obrigar-se tanto pelos benefícios feitos como pelos recebidos; não obstante, pode-se concluir que não será difícil um príncipe prudente garantir-se de seu povo. Depois da discussão a respeito dos principados, o autor discorre sobre as milícias e os exércitos, os quais afirma serem as bases principais de sustentação do poder, ao lado de boas leis, e ambos têm uma forte ligação entre si.

Ao tratar das várias espécies de milícias e dos soldados mercenários, Maquiavel aborda a necessidade de um príncipe em possuir fundamentos sólidos, com boas leis e princípios. Como boas leis não existem onde não há armas, “[...] as forças com as quais

³⁷ A *virtù* nada tem a ver com a virtude cristã, que sujeita o indivíduo à vontade divina, na expectativa da vida perfeita; como também não é a virtude aristotélica, justa e racional; ou a estóica, resignada e tolerante. Para Maquiavel, *virtù* é a energia, a capacidade, o empenho, a eficácia, a vontade dirigida para o objetivo.

³⁸ Giovanni de Medici (1475-1521), eleito Papa em 1513, tomou o nome de Leão X. Era pontífice no momento em que Maquiavel escrevia *O Príncipe*.

um príncipe conserva o seu Estado são próprias ou mercenárias, ou auxiliares ou mistas” (MAQUIAVEL, s/d, p. 87); esses são os quatro tipos de milícias. As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas, pois não são de fato ligadas ao príncipe, “[...] são ambiciosas, sem disciplina, infiéis, insolentes com os amigos e covardes com os inimigos, não temem a Deus, nem fazem fé nos homens”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 87). Sendo assim, o príncipe apenas retarda a sua própria ruína.

Não obstante, sobre as tropas auxiliares, mistas e nacionais Maquiavel afirma que as tropas auxiliares podem ser, em si, “boas e úteis, mas são para quem as chama em seu auxílio, quase sempre danosas, porque aniquilam quem perde, e fica à mercê delas quem vence”. (S/d, p. 93). Todos os príncipes prudentes repelem esse tipo de tropas, as auxiliares; sempre preferem as suas próprias tropas para assim poder chegar a uma vitória de fato. Com esta observação de diferentes tropas, conclui-se que sem possuir tropas próprias nenhum príncipe está garantido a não ter contratempos. “As forças próprias são compostas de súditos ou cidadãos, ou de servos; todas as outras são mercenárias ou auxiliares”. (S/d, p. 96). Eis, então a máxima dos homens sábios: *quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae non sua vi nixa*³⁹.

Concluindo, sobre as obrigações do príncipe em relação às tropas, Maquiavel diz que “a arte da guerra deve ser exercitada, tanto com ações como mentalmente”. (S/d, p. 98). Assim, o Estado estará sempre preparado para uma emergência inesperada e, também, para que os seus soldados o estimem e possam ser de confiança. Os príncipes prudentes devem, então, observar e nunca estar ociosos nos tempos pacíficos; ao contrário, devem esforçar-se para capitalizar experiência e dela valerem-se na adversidade, de modo que quando essa lhes modifique a sorte, se encontrem preparados a resistir-lhe. Através do estudo dessas abstrações sobre os principados, o leitor procura instintivamente a pessoa concreta que dá a tais governos o valor e tom, isto é, o “príncipe”.

2. Perfil do verdadeiro príncipe

³⁹ “Que não há nada tão frágil nem tão instável quanto a fama do poder que não se apoia nos seus próprios fundamentos”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 96). Maquiavel refere-se a uma passagem de Tácito nos *Anais*, XII, 19, que entretanto está assim, apresentando ligeira diferença da transcrição feita: *Nihil mortalium tam instabile ac fluxum est quam fama potentiae non sua vi nixae*.

Como já foi observado, Maquiavel mostra o perfil de Cesare Borgia, tipo de príncipe novo, modelo de virtuosidade política, em oposição a Luís XII, príncipe hereditário que acumulou faltas. Por conseguinte, o autor traça o retrato de corpo inteiro, de frente e em plena luz, do seu príncipe novo⁴⁰. Resta ver agora, as coisas pelas quais os homens, principalmente os príncipes, são louvados ou vituperados. E como deve esse príncipe proceder em relação a seus súditos e seus amigos? Parece mais conveniente, afirma Maquiavel, “ir diretamente à efetiva verdade do que comprazer-se em imaginá-la”. (S/d, p. 101). Muita gente imaginou repúblicas e principados que jamais foram vistos ou de cuja real existência jamais se teve notícia; e é tão diferente o como se vive do como se deveria viver, que aquele que desatende ao que se faz e se atém ao que se deveria fazer aprende antes a maneira de arruinar-se do que de preservar-se⁴¹.

Assim, o homem que queria em tudo agir como bom acabará arruinando-se em meio a tantos que não são bons. Destarte, é necessário a um príncipe, “para manter-se, aprender a não ser bom e usar ou não usar o aprendido, de acordo com a necessidade”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 101). Sem dúvida que haveria de mais desejável do que um príncipe que reunisse todas as boas qualidades, que fosse generoso, benfazejo, compassivo, fiel à sua palavra, firme e corajoso, indulgente, casto, franco, grave e religioso? Isso, porém, é praticamente impossível, “a condição humana não comporta”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 102). Verifica-se, assim, que como há certas qualidades que parecem virtudes e causariam a ruína do príncipe, há outras que parecem vícios, mas que podem ser a causa de sua conservação e de seu bem-estar.

Maquiavel, ao examinar a figura do príncipe, revela seu pensamento com absoluta franqueza. É o pensamento de um homem que, tendo tratado com os outros homens, está desiludido; que sabe, aliás, distinguir perfeitamente o bem do mal e que até preferiria o bem, mas que recusa fechar os olhos ante o que julga ser a necessidade do Estado, ante o que julga serem as sujeições da condição humana. Não obstante, seria bom um príncipe ser considerado liberal e generoso; todavia, ser parcimonioso é um dos vícios que fazem reinar. As liberalidades acabam por conquistar-lhe muito poucos indivíduos e por erguer contra ele imenso número de inimigos, por torná-lo odioso aos

⁴⁰ Inspirando-se, sem dúvida, em medida que não se deve absolutamente exagerar, no “tirano” de Aristóteles.

⁴¹ Platão, com *A República*; Thomas Morus, com *A Utopia*; Francis Bacon, com a *Nova Atlântida*; Tommaso Campanella, com a *Cidade do Sol*.

súditos: “[...] finalmente, empobrecido, perde a consideração que lhe dedicam”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 103). Igualmente, “todo príncipe deve desejar que o considerem clemente e não cruel”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 104). Verifica-se agora uma questão clássica: É preferível a crueldade ou a piedade? É melhor ser amado ou temido? Observando o que já foi exposto, Maquiavel nos diria que todo o príncipe deve desejar ser tido como piedoso, e não como cruel; não obstante, deve cuidar de não usar mal a piedade⁴².

Por conseguinte, o melhor consistiria em ser amado e temido, mas é difícil. Então, é mais seguro ser temido. Por quê? Há várias razões para isso. Em primeiro lugar, os homens são geralmente ingratos, inconstantes, dissimulados, trêmulos em face dos perigos e ávidos de lucro. Enquanto lhes fazem bem, são dedicados e oferecem-vos o sangue, os bens, a vida, os filhos, enquanto o perigo só se apresenta remotamente. Mas, quando este se aproxima, bem depressa se desviam. O príncipe que confiasse exclusivamente em todas essas amizades pagas com liberalidades, em breve estaria perdido. Além disso, os homens receiam muito menos ofender aqueles que o amam do que aquele que o temem.

O vínculo do amor rompem-no ao sabor do próprio interesse, enquanto o temor se conserva por um medo do castigo, que jamais os abandona. Enfim, não depende do príncipe ser amado, pois os homens amam o seu “bel-prazer”, mas dele depende ser temido, pois os homens temem conforme quer o príncipe. Ora, um sábio príncipe deve basear-se não do que depende de outrem, mas do que depende de si mesmo. Ser temido, aliás, em nada significa ser odiado; o ódio dos súditos – como o seu desprezo – é grave; nele não se deve incorrer, porque todas as fortalezas que o príncipe odiado possuir contra os súditos não o salvará de suas conjurações. Há uma singela receita, para evitar esse ódio: “é abster-se de ofender, seja contra os bens dos súditos, seja contra a honra de suas mulheres”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 110).

Mas afinal, de que modo devem os príncipes manter a palavra dada?

Todos compreendem como é louvável num príncipe manter a fé e viver com integridade, não com astúcia. Entretanto, os fatos de nossos dias mostram que há

⁴² Cesare Borgia era tido como cruel; entretanto, essa crueldade havia posto ordem na Romanha, promovido a sua união e a sua pacificação e inspirando confiança o que, bem considerado, mostra ter sido ele muito mais piedoso que os florentinos, os quais, para se esquivarem da reputação de cruéis, deixaram que Pistóia fosse destruída. Florença ocupou Pistóia depois de uma série de motins na cidade, ocorridos em 1501 e 1502, provocados pelas lutas entre as facções dos Panciatichi e dos Cancelliere, que o governo florentino fomentava.

príncipes que realizaram grandes coisas sem que tivessem em demasiada conta a fé da palavra empenhada e souberam, pela astúcia, mudar a opinião dos homens; e que, por fim, superaram aqueles que fundaram seus atos na lealdade. (MAQUIAVEL, s/d, p. 111).

Existem duas maneiras para combater: uma, pelas leis, outra pela força. A primeira é natural do homem, a segunda dos animais. Ao príncipe se faz preciso, porém, saber investir-se de animal e de homem, um desacompanhado do outra é origem de instabilidade⁴³. Sendo, pois, preciso a um príncipe saber bem usar a natureza dos animais, “deve aproveitar-se das qualidades da raposa e do leão para amedrontar os lobos. Os que adotam apenas a natureza do leão não têm êxito”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 111). Não pode um príncipe prudente guardar a palavra empenhada quando isso lhe é prejudicial e quando os motivos que o determinarem deixarem de existir. Não obstante, “um príncipe não pode seguir a todas as coisas tidas como boas, sendo, muitas vezes, obrigado a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 112).

É pertinente destacar uma das máximas maquiavelianas: “Os fins justificam os meios”. Maquiavel nunca chegou a escrever esta frase, porém deixou explícita na seguinte afirmação:

Nas ações de todos os homens, especialmente os príncipes, contra as quais não há tribunal a que recorrer, os fins é que contam. Faça, pois, o príncipe tudo para alcançar e manter o poder; os meios de que se valer serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo atenta sempre para aquilo que parece ser e para os resultados. (S/d, p. 113).

Uma tarefa essencial ao príncipe é saber como evitar o ser desprezado e odiado. O príncipe procura evitar as coisa que o façam odioso ou desprezível e sempre que agir assim terá cumprido o que lhe cabe e não correrá perigo algum em relação aos outros defeitos. “O que o torna sobretudo odioso é o ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos súditos. Torna-o desprezível o fato de ser tido como volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 115). Tais coisas devem ser

⁴³ Neste ponto, Maquiavel experimentou a necessidade, rara nele, de envolver seu pensamento nu e cru, de vesti-lo à antiga, num mito sedutor à imaginação. Escolheu o mito de Aquiles e do centauro Chiron, semi-cavalo e semi-deus. Assim, queriam exprimir que é necessário a um príncipe agir tanto como animal quanto como homem. É próprio do homem combater pelas leis, regularmente, com lealdade e fidelidade. É próprio do animal combater pela força e pela astúcia. Não basta a maneira puramente humana; muitas vezes o homem se vê obrigado a usar a maneira animal. O princípio perfeito, armado para a luta, cujo tipo é Aquiles, deve possuir de certo modo ambas as naturezas, de homem e de animal, as quais se amparam reciprocamente.

evitadas do mesmo modo que o navegante evita um rochedo. Deve ele fazer que em suas ações se reconheça a grandeza, coragem, gravidade e fortaleza e quanto às ações particulares de seus súditos deve fazer que sua presença seja irrevogável, portando-se de tal modo que ninguém pense enganá-lo ou fazê-lo mudar de ideia.

Segundo Maquiavel, “um príncipe deve ter dois receios: um, em relação ao perigo interno aos seus súditos; outro, em relação ao perigo externo das potências estrangeiras”. (S/d, p. 115). Deverá defender-se dessas com boas armas e bons aliados; e sempre que tiver boas armas terá bons amigos. Sempre estarão seguras as coisas internas quando estiverem seguras as do exterior, a não ser que já as perturbem uma conspiração. A um príncipe, pouco deve-se importar as conspirações se ele é querido pelo povo “pois se este é seu inimigo e o odeia, deve temer a tudo e a todos”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 116). Deve-se estimar os poderosos, porém, não se tornar odiado pelo povo. O ódio, muitas vezes, se adquire com más ações. Por isso, um príncipe, desejando conservar o Estado, “é frequentemente obrigado a não ser bom” (MAQUIAVEL, s/d, p. 118), porque quando a maioria, seja povo, senado ou grandes, de que julga ter certeza para se conservar no poder, caso tal maioria seja corrupta, é conveniente que satisfaça os seus desejos e, assim, as boas ações serão prejudiciais.

É de se notar, neste ponto, que assassinos deliberados por homens obstinados são impossíveis de serem evitados pelos príncipes, porque todo aquele que não tiver medo da morte praticará assassinatos. Não deve, entretanto, o príncipe amedrontar-se, pois são raríssimos tais homens. Deve somente evitar não injuriar gravemente algumas das pessoas de que se utiliza e que as tenha a seu lado, a serviço de seu governo, como fez Antonino.⁴⁴ Contudo, quem observar o que foi narrado, por Maquiavel, entenderá que o ódio e o desprezo foram motivos de ruína de muitos imperadores e conhecerá ainda os motivos pelos quais alguns deles, agindo de uma forma e outros de modo contrário, alguns terminaram bem e outros tiveram triste fim. As fortalezas e muitas outras coisas que os príncipes fazem frequentemente são úteis ou inúteis? Maquiavel responde que

[...] alguns príncipes, a fim de manterem com segurança o Estado, desarmavam os súditos; alguns outros mantiveram divididas as terras submetidas; outros nutriram inimizades contra si próprios; alguns outros se dedicaram a ganhar a amizade dos

⁴⁴ Antonino tinha assassinado, de modo indigno, um irmão de um centurião, e ameaçado a este ainda diariamente; mas, obstante isso, manteve-o na sua guarda, o que era coisa temerária e capaz de arruiná-lo, como sucedeu.

que lhe eram suspeitos no começo do seu governo; alguns construíram fortalezas; alguns as demoliram e destruíram. (S/d, p. 125).

Ora, jamais aconteceu que um príncipe novo desarmasse os seus súditos; ao contrário, sempre que os encontrou desarmados, armou-os. Porém, a melhor fortaleza do príncipe, afirma Maquiavel, é não ser odiado pelo povo, porque embora tenha fortalezas, se o povo lhe vota ódio elas não o salvam; “eis que não faltam nunca ao povo, que se haja rebelado, armas estrangeiras que o socorram”. (S/d, p. 129).

E como deve conduzir-se um príncipe para ser considerado? Não há coisa que faça mais considerado um príncipe do que a realização de empreendimentos e o dar de si exemplos extraordinários. Ao novo príncipe, nada mais resta, senão observar certas regras, tanto na política exterior, quanto na escolha de seus conselheiros e ministros. Jamais deverá tornar poderoso outro príncipe, pois seria trabalho para uma ruína. Mostra-se francamente amigo ou inimigo, isto é, sabe declarar-se abertamente pró ou contra tal ou qual Estado: o partido da neutralidade, que os príncipes irresolutos quase sempre abraçam, atemorizados pelos perigos presentes, quase sempre os conduzem também à ruína.

Um bom ministro, afirma o filósofo florentino, é aquele que nunca pensa em si, mas sempre no príncipe, e que só lhe fala do que diz respeito ao interesse do Estado. Mas é preciso também que, por sua vez, “o príncipe pense no ministro, cumule-o de riquezas, de considerações, de honras e dignidades” (S/d, p. 136), para que receie toda mudança como o fogo e saiba perfeitamente que é tudo com o amparo do príncipe, nada sem ele. Por outro lado, a forma de como evitar os adutores é um assunto pertinente a ser tratado pelos príncipes, pois as cortes estão repletas de adutores. Uma maneira eficaz de defender-se contra adulações é “[...] fazer com que os homens entendam que não ofendem dizendo a verdade”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 137).

Porém, o príncipe prudente deve escolher homens sábios para seus auxiliares, “e apenas a estes deve conceder liberdade de dizer-lhe a verdade e somente a respeito daquilo que ele lhes perguntar, não de outras coisas”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 137). Destarte, um príncipe deve aconselhar-se sempre; deve, contudo, perguntar muito e ouvir pacientemente as coisas que, em resposta, forem ditas com franqueza. Enfim, “os bons conselhos, venham eles de onde vierem, devem nascer da prudência do príncipe, e não a prudência do príncipe nascer dos bons conselhos”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 139).

3. O segredo que anima Maquiavel

O supremo segredo, segredo tanto de seu coração quanto de seu espírito, Maquiavel começa a desvelá-lo quando se questiona acerca do porquê os príncipes da Itália perderam seus Estados. Na busca de respostas, Maquiavel diz que “um príncipe novo tem suas ações muito mais observadas do que um príncipe hereditário”. (S/d, p. 141). Quando o valor delas é reconhecido, o príncipe conquista melhor a consideração dos homens e mais os têm obrigados do que os teriam um príncipe de sangue antigo, “pois os homens se atêm muito mais às coisas do presente do que às do passado”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 141). Será assim glória dupla o de haver dado início a um principado e o de havê-lo posto em ordem e fortalecido com boas leis, boas armas e bons exemplos, enquanto que para aquele que nasceu príncipe será dupla vergonha perder o Estado, por sua pouca prudência. Por conseguinte, “os meios de defesa somente são bons, são certos, são duradouros, quando dependem do valor do príncipe”. (MAQUIAVEL, s/d, p. 142).

Mas, o que pode um homem em face da sorte? Será útil dispender coragem, ardor, habilidade, se o curso de todas as coisas estiver regulado fora de nós? Quanto pode a sorte nas coisas humanas e de que modo se lhe resiste?

Não ignoro que muitos homens têm sido e são de opinião que as coisas do mundo são de tal maneira dirigidas pela sorte e por Deus, que os homens não podem com sua prudência corrigi-las e nem mesmo têm recursos para fazê-lo; e que, por isso, julgarão que não convém afadigar-se muito em relação às coisas, mas deixar-se conduzir pela sorte. (MAQUIAVEL, s/d, p. 143).

Não obstante, desde que o nosso livre arbítrio não se extinguiu, Maquiavel julga poder ser verdade que a sorte⁴⁵ seja árbitro da metade de nossas ações, mas que certamente nos deixe governar a outra metade ou quase. Por conseguinte, o homem pode e deve resistir à *fortuna*, preparar-lhe, com a sua *virtù*, rudes obstáculos; até é conveniente que, em sua presença, se mostre impetuoso. Pois, ela é mulher, pronta a ceder aos que empregam violência e que a tratam rudemente, a ceder mais aos jovens e

⁴⁵ Maquiavel compara a sorte (*fortuna*) “a um rio desastroso que, quando se enfurece, inunda as planícies, destrói árvores e edifícios, carrega terra de um ponto para outro, e diante do qual todos fogem e a cujo ímpeto cedem, sem poder coisa alguma intentar para contê-lo. Mas, apesar desta natureza, não é impossível aos homens, quando este rio estiver em calma, tomar medidas preventivas, construindo barragens e diques, de maneira que, avolumando-se ele depois, ou correrá por um canal ou o seu ímpeto não será violento nem tão danoso” (S/d, p. 143).

arrebatados, audaciosos, autoritários, do que aos homens maduros, circunspectos e respeitosos.

Sobre a exortação da Itália, o autor afirma que, na Itália, “nunca as circunstâncias foram tão favoráveis a um príncipe novo que queira tornar-se ilustre” (S/d, p. 146). A libertação poderia ser levada a termo pela família dos Medici, singularmente qualificada pelas suas virtudes hereditárias, sua *fortuna*, a favor de Deus e da Igreja, cujo trono ocupava na época de Maquiavel.

Será uma grande obra de justiça, pois a força é justa quando necessária e as armas se tornam instrumentos da piedade, quando somente nelas se pode esperar. Segundo Maquiavel, foi necessário que a Itália se encontrasse reduzida a situação tal e qual, a saber, que fosse mais escravizada que os hebreus, mais oprimida que os persas, mais dispersados que os atenienses; que estivesse sem chefe e sem ordem; que fosse batida, espoliada, lacerada, invadida; e que houvesse experimentado toda sorte de desastres⁴⁶. Mais ainda, Deus manifesta a sua vontade por prodígios, por esplêndidos sinais: abriu-se o mar, numa nuvem mostrou-se o caminho, uma fonte de água viva brotou do rochedo, o maná caiu no deserto: assim, tudo favorece a vossa grandeza. Por conseguinte, não se deve perder esta ocasião, a fim de que a Itália, depois de tanto tempo, encontre o seu redentor. E Maquiavel salienta:

[...] não posso dizer com quanto amor seria recebido em todas aquelas províncias que sofreram as invasões estrangeiras; com que sede de vingança, com que fé obstinada, com que piedade, com que lágrimas. Que portas se cessariam diante deles? Que povos lhe negariam obediência? Que inveja se lhe oporia? Que italiano lhe negaria reverência? Todos têm horror ao domínio bárbaro. (S/d, p. 150).

E conclui: “Portanto, aceite a ilustre casa dos Medicis tão bela tarefa com a ousadia e a esperança que convém às grandes empresas; possa, sob o seu estandarte, realizar-se o que anunciou Petrarca”. (S/d, p. 150): *Virtù, contro a furore; Prenderà l’arme, e fia el combatter corto; Ché l’antico valore; Nell’italici cor non è ancor morto*⁴⁷.

⁴⁶ Isso é como se Maquiavel dissesse que foi necessário para que se mostrassem as virtudes de Moisés, que o povo de Israel tivesse sido escravizado no Egito; para que se visse a grandeza do ânimo de Ciro, os persas tivessem sido oprimidos pelos medas; e para que se visse o valor de Teseu, que os atenienses se houvessem dispersados.

⁴⁷ A virtude tomará armas contra o furor, e o combate será curto, pois o valor antigo ainda não morreu nos corações italianos; verso 93-96 da canção *Italia mia, bem ch’l parla sia indarno*, nas *Rime sparse*, de Francesco Petrarca.

Assim, o autor de *O Príncipe* julgava ter fornecido a Giuliano, depois a Lorenzo de Medici, príncipes novos, todas as receitas do poder⁴⁸, que haurira na longa experiência dos negócios modernos, no longo e contínuo estudo dos antigos. Como anunciava a dedicatória de *O Príncipe*, o autor evitara grandes arrazoados, frases empoladas, enfáticas, todo ornato estranho ao fundo do tema. Com efeito, nada sacrificara à expressão. Nada de obscuridade, nada de afetação; um pensamento sempre adequado ao objeto; um estilo sempre exatamente ajustado ao pensamento. Quanto à forma e ao fundo, por conseguinte, parecia devidamente satisfeito o propósito de Maquiavel, cumprida todas as suas promessas, revelados todos os seus segredos.

4. A visão de Spinoza e Rousseau

No desenvolvimento de seu *Tratado Político*, Spinoza afirma de que meios um príncipe, onipotente, possuído pelo desejo do domínio, deve usar para estabelecer em manter o seu poder, porém quanto ao fim visado, este não surge claramente. Se o príncipe se propôs uma boa finalidade, tal como é de esperar de um homem prudente, parece demonstrar de que imprudência as massas dão provas quando suprimem um tirano, quando não podem suprimir as causas que fazem com que um príncipe se torne um tirano, mas, pelo contrário, quanto mais motivos houver para temer um príncipe, tanto mais causas há para fazer dele um tirano, tal como acontece quando a multidão faz do príncipe um exemplo e glorifica um atentado contra o soberano como um grande feito. (cf. SPINOZA, 1973, p. 07). E Spinoza acrescenta:

Talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem que, se não é fútil ao ponto de se julgar capaz de agradar a todos, deverá constantemente recear qualquer conspiração e, por isso, vê-se obrigado a preocupar-se sobretudo consigo próprio e, assim, a enganar a população em vez de a salvar. E estou tanto mais disposto a julgar assim acerca deste habilíssimo autor quanto mais se concorda em considerá-lo um partidário constante da liberdade e quanto, sobre a maneira necessária de a conservar, ele deu opiniões muito salutares. (SPINOZA, 1973, p. 329).

De sua parte, Rousseau salienta no livro *Do Contrato Social* (1973): Os reis querem ser absolutos e, a distancia, gritam-lhes que o melhor meio de sê-lo é fazer-se amar por seus povos. Essa máxima é muito bonita e mesmo, em certos aspectos, muito

⁴⁸ Conquista, conservação, fortalecimento.

verdadeira: infelizmente, porém, sempre mofarão dela nas cortes. O filósofo genebrino acrescenta que, sem dúvida, o poder que se origina do amor dos povos é o maior dos poderes, mas é precário e condicional; os príncipes jamais se contentarão com ele. Isto significa que os melhores reis querem ser maus, caso lhes agrade, sem deixar de ser os senhores.

Em seguida, Rousseau manifesta que será grato a um pregador político dizer-lhes que, sendo sua força a do povo, seu maior interesse estará em ser o povo florescente, numeroso, temível; ele sabe muito bem que isso não é verdade. O seu interesse pessoal estará principalmente em ser o povo fraco, miserável, que nunca possa oferecer-lhes resistência. O autor *Do Contrato Social* esclarece que os príncipes, no entanto, sempre preferem a máxima que lhes seja mais imediatamente útil. É o que Maquiavel fez ver com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as, grandes, aos povos. O *Príncipe* de Maquiavel e o livro dos republicanos. (cf. ROUSSEAU, 1973, p. 95).

Não obstante, Napoleão, que domina o século XIX, aparece a seus inimigos, entre os quais Chateaubriand, como a realização mais perfeita do príncipe segundo Maquiavel; verdadeiro monstro de *virtù*, sabendo – considerai o regresso da ilha de Elba – ser desabrido para com a *fortuna*, que é “mulher”.

Em 1816, o padre Guillon publica um *Fantasia Maquiavel comentado por Napoleão Bonaparte*: fragmentos de Maquiavel, de uma tradução manuscrita de *O Príncipe*, destinada ao uso pessoal do usurpador, teriam sido encontrados em seu carro, no campo da batalha de Waterloo; Bonaparte teria anotado à margem várias passagens do livro. Quanto ao sobrinho, Napoleão III, a quem Victor Hugo chama de o Pequeno, na *História de um Crime*, assinala que o futuro imperador, prisioneiro em Ham, preparando-se para a usurpação só lia um livro: *O Príncipe*. (CHEVALLIER, 1986, p. 47).

O idealismo político do século XIX odeia o autor desse breviário cínico. O mesmo idealismo, porém, acha-se de joelhos perante o despertar das nacionalidades. Tanto é assim que Maquiavel tem direito a mais fervorosa gratidão da Itália unificada de 1870 e dos democratas do mundo inteiro. Antes, ninguém como Maquiavel tinha se batido pela transformação da península italiana numa grande nação. Os democratas radicais, deste período, tomam como ponto de partida a afirmação do próprio Maquiavel de que os seus ensinamentos foram extraídos do estudo atento da história. O maquiavelismo seria assim a prática política corrente entre os poderosos de todos os tempos. Criadores e detentores das técnicas de dominação não precisariam jamais de

lições; Maquiavel teria, então, como objetivo, não ensinar a eles, mas ao povo. Na impossibilidade de dirigir-se diretamente ao seu público, teria optado por desmitificar o poder, despojando-o de toda moralidade aparente através da crua revelação dos procedimentos e técnicas utilizadas em sua conservação por parte dos governantes.

Considerações finais

Este artigo tenta levantar o véu das verdadeiras intenções de Maquiavel quando escreveu a obra *O Príncipe*, tão criticada e elogiada no decorrer de quatro séculos. Quais foram realmente as intenções do autor? Em *O Príncipe*, o pensador florentino parece simpático a um regime político monárquico-absolutista. Todavia, nos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, ele se manifesta claramente a favor de uma República, portanto por um modelo de governo exercido por muitos. O que isto significa? Maquiavel opta pela monarquia ou pela república? Pode ser denominado “conselheiro dos tiranos”? É evidente que este escrito não pretende, em nenhuma hipótese, superar as interpretações dos mais autorizados teóricos políticos que tentaram desvendar o enigma. O que aqui se pretende é levantar suposições, a partir das afirmações de dois grandes filósofos da época moderna, os quais, em poucas linhas abriram novas possibilidades para o esclarecimento de reais intenções de Maquiavel. Tais filósofos são Baruch de Spinoza e Jean-Jacques Rousseau, o primeiro descrevendo o assunto em sua obra *Tratado político* e o segundo no seu livro *Do contrato social*. Como compreender os escritos políticos de *O Príncipe*, eivados de narrativas cruéis e sanguinolentas? Como entender os seus elogios a Cesare Borgia, homem ambicioso, prepotente e assassino? O que dizer da dedicatória feita a Lorenzo de Medici, a quem oferece o seu controvertido livro *O Príncipe*?

Referências bibliográficas

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Prefácio de André Siegfried. Tradução de Lydia Cristina. Rio: Agir, 1986.

MAQUIAVEL. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. *O Príncipe. Escritos Políticos*. Traduções de Lívio Xavier. São Paulo: Abril, 1973.

_____. **O Príncipe**. São Paulo: Cultrix, s/d.

_____. **O Príncipe. Introdução por Isaiah Berlin**. Tradução, prefácio e notas por Lívio Xavier. Rio: Ediouro, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Abril, 1973.

SPINOZA, Baruch de. **Tratado Político**. São Paulo: Abril, 1973.

Abstract

Machiavelli is the first thinker to report what is widely political activity, away from old traditions debating what the policy should be. In his reflections, the florentine philosopher uses an essentially empirical examination. The fact is that the author of *The Prince* became, over time, a legendary figure, however, accused demonic, ruthless, cunning, and masking. This is what Spinoza and Rousseau deal to deny. For both, Machiavelli actually sought to warn the people about the cruelties of the tyrants of his time. His political writings constitute a kind of warning to those who believed in the right of the force on the force of law. As has fun through its skits in the play *The Mandrake*, Machiavelli uses all his creativity to bring into question the alleged legitimacy of lay and ecclesiastical principalities. And this is the thesis that the present article seeks to defend, namely that Machiavelli, *The Prince* with the work, was not an advocate of monarchical absolutism, but a satyr against tyranny.

Keywords: Machiavelli; Political realism; satire; tyranny; moral.